

MERCADOS

Em leve baixa, a 157,6 mil pontos, Bovespa ‘quebra’ série de altas

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Após 15 pregões em alta - 12 dos quais em recordes de fechamento consecutivos -, foi esboçada bem palidamente a aguardada realização de lucros na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). O Ibovespa (Índice Bovespa) oscilou dos 156 559,71 até os 158.133,83 pontos, encerrando o dia em leve baixa de 0,07%, aos 157.632,90 pontos, com giro a R\$ 38,4 bilhões, reforçado pelo vencimento de opções sobre o índice nesta quarta-feira. Na semana, o Ibovespa ainda avança 2,32%, com ganho no mês a 5,41%. No ano, tem alta de 31,05%.

Petrobras ON e PN fecharam o dia, respectivamente, em baixa de 2,99% e de 2,56%, na contramão de Vale ON, que

ontem havia se descolado do movimento positivo do Ibovespa, em leve baixa de 0,26%, e hoje subiu 1,11%, amenizando a correção do índice da B3 ontem.

Entre os maiores bancos, o dia foi negativo à exceção de Bradesco ON (+0,24%), com destaque para Banco do Brasil (ON -2,85%), que na terça havia avançado 3% e nesta quarta cedeu antes da divulgação do balanço do terceiro trimestre, nesta noite. Na ponta ganhadora, Taesa (+5,77%) na esteira do balanço do terceiro trimestre, à frente de CSN (+5,05%) e de B3 (+4,36%), esta também com resultados trimestrais. No lado oposto, CVC (-8,33%), outro papel já com a referência do balanço julho-setembro, além de PetroReconcavo (-5,08%) e Cosan (-4,04%).

Dólar sobe em pregão de ajustes, mas segue abaixo de R\$ 5,30

ANTONIO PEREZ/AE

Após cinco pregões consecutivos de queda, em que acumulou desvalorização de 2,33%, o dólar encerrou a sessão de ontem, em alta moderada, mas ainda abaixo de R\$ 5,30. Operadores afirmam que houve um movimento de ajustes nos mercados domésticos, com provável saída de capital externo na bolsa, na esteira do tombo de cerca de 4% do petróleo, e desmonte de operações favoráveis ao real para realização de lucros.

O real escorregou apesar do sinal predominante de queda da moeda americana no exterior, em especial na comparação com as divisas latino-americanas. Termômetro do comportamento do dólar em rela-

ção a uma cesta de seis divisas fortes, o índice DXY apresentava ligeira alta no fim do dia, na casa dos 99,500 pontos. Investidores monitoraram falas de dirigentes do Federal Reserve enquanto aguardam votação na Câmara dos Representantes dos EUA de projeto para pôr fim à paralisação parcial (shutdown) da máquina pública.

Tirando uma queda pontual no início dos negócios, o dólar à vista trabalhou em terreno positivo ao longo do dia. Com máxima de 5,3028, à tarde, encerrou o pregão em alta de 0,38%, a R\$ 5,2932. Na terça, a divisa fechou no menor nível desde 6 de junho de 2024. A moeda americana recua 1,62% em novembro, após alta de 1,08% em outubro. No ano, as perdas são de 14,3%

FISCALIZAÇÃO

Após alerta do Tesouro sobre 9 estatais, TCU anuncia força-tarefa

FLÁVIA SAID/AE

Diante de novo alerta emitido pelo Tesouro Nacional sobre dificuldades financeiras de nove empresas estatais federais, o Tribunal de Contas da União (TCU) vai ampliar o escopo de fiscalização das estatais para além dos aspectos exclusivamente financeiros. Segundo o presidente da corte, ministro Vital do Rêgo, serão incorporadas as dimensões de governança, experiência operacional e qualidade da gestão, "fatores que frequentemente estão na raiz das dificuldades fiscais enfrentadas por essas entidades".

A "força-tarefa" foi anunciada nesta quarta-feira, 12, pelo presidente da corte de contas na sessão do tribunal, em que ele expressou preocupação

com a "situação fiscal delicada" dessas entidades. "A iniciativa dessa força-tarefa representa um compromisso do tribunal em atuar de forma preventiva e propositiva na identificação de riscos fiscais, contribuindo para a sustentabilidade das empresas estatais e para a prevenção das contas públicas", defendeu.

Ele destacou a situação dos Correios, que já vem sendo acompanhada pelo TCU. Representantes do tribunal receberam o presidente da empresa na semana passada para conhecer o plano de reestruturação.

Vital do Rêgo disse que os trabalhos vão complementar as fiscalizações já em curso, inclusive os Correios, permitindo ao tribunal uma visão mais abrangente sobre a situação das empresas.

IBGE

Setor de serviços cresce 0,6% em setembro; 8ª alta seguida

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Impulsionado pelos transportes, o setor de serviços, o que mais emprega no país, cresceu 0,6% na passagem de agosto para setembro, marcando oito meses seguidos de alta, nos quais soma expansão de 3,3%. Em comparação com setembro de 2024, houve alta de 4,1%. Já no acumulado de 12 meses, a variação positiva é de 3,1%.

Esses resultados colocam o setor no maior patamar já registrado. Desde abril, os serviços vêm alcançando recordes de atividade. Os números de setembro fazem o setor superar em 19,5% o período pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020).

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada nesta quarta-feira (12), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na passagem do segundo para terceiro trimestre, há variação positiva de 0,9%.

O período de oito meses seguidos de alta iguala o atingido entre fevereiro e setembro de 2022, quando o país se recuperava da pandemia. No entanto, no período mais antigo, a expansão

acumulada chegou a 5,6%.

Nos oito meses seguidos de crescimento em 2025, o resultado de setembro é o segundo maior, ficando atrás apenas de fevereiro (0,9%).

O setor de serviços reúne também atividades como turismo, restaurantes, salão de beleza e tecnologia da informação e é considerado um indicador do comportamento econômico do país. O IBGE analisa a performance de 166 tipos de serviços.

- DESTAQUE**
- Três das cinco atividades pesquisadas pelo IBGE apresentaram crescimento na passagem de agosto para setembro:
- Transportes, armazenagem e correio: 1,2%
 - Serviços de informação e comunicação: 1,2%
 - Outros serviços: 1,6%
 - Serviços prestados às famílias: -0,5%
 - Serviços profissionais e administrativos: -0,6%
- O gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, apontou o crescimento dos transportes — responsável por 36,4% do índice — como força motora do setor nos últimos oito meses, impulsionando especialmente pelo transporte de cargas e o aéreo de passageiros.

No caso do transporte aéreo de passageiros, o IBGE observa maior número de deslocamentos das pessoas, tanto por avanços na renda, como pelo fato de queda na média dos preços das passagens.

“Logística de transportes cresce em função da maior comercialização de mercadorias adquiridas em plataformas de comércio eletrônico, o que acaba movimentando o armazenamento de mercadorias, a logística e o transporte até o consumidor final”, explica Lobo.

Em 12 meses, os transportes crescem 3,1%. A safra recorde de 2025 é outro motivo que empurra para cima o desempenho dos transportes.

“Há uma correlação direta do aumento da receita das empresas do transporte de cargas (especialmente o rodoviário) com o aumento do escoamento da safra agrícola”, opina o pesquisador do IBGE.

TURISMO

A Pesquisa Mensal de Serviços traz, ainda, o índice de atividades turísticas (Iatur), que subiu 0,1% em setembro, na comparação com o mês anterior. Já no acumulado do ano, há expansão de 5,7%. Em 12 meses, o índice avança 6,6%.

“Com certeza este crescimento acumulado está atrelado ao desempenho do transporte aéreo de passageiros”, observou Lobo.

Esses resultados deixam as atividades de turismo 11,5% acima do patamar pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020) e 2% abaixo do maior nível já alcançado, em dezembro de 2024.

Belém, cidade que recebe agora em novembro a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), apresentou a maior alta: 4,9% na passagem de agosto para setembro.

“Pode acontecer de ser decorrente de algum tipo de antecipação de recebimento de reservas de hotéis”, sugere Lobo.

O índice de atividades turísticas reúne 22 das 166 atividades de serviços investigadas na pesquisa e que são ligadas à atividade turística, como hotéis, agências de viagens e transporte aéreo de passageiros.

São divulgadas informações de 17 unidades da federação: Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Distrito Federal, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Novo PAT

Redes têm um ano para liberar bandeiras no vale-refeição

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Principal promessa para liberar o mercado de vale-refeição e vale-alimentação, a interoperabilidade das bandeiras tem um ano para entrar em vigor, esclareceu ontem o Ministério da Fazenda. As redes têm esse prazo para adaptar os sistemas para que o cartão seja aceito em qualquer estabelecimento, independentemente da bandeira.

A novidade está no Decreto 12.712, editado na terça-feira passada, que reformula o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A medida tem como objetivo aumentar a eficiência e reduzir custos no setor.

“Isso aumenta a conveniência para os trabalhadores e amplia as oportunidades de venda para os estabelecimentos comerciais”, informou a Secretaria de Reformas Econômicas do Mi-

nistério da Fazenda, em nota.

O ministério estimula em R\$ 7,9 bilhões por ano a economia para supermercados, bares e restaurantes, por meio da redução de custos e do aumento da concorrência. O governo espera que essa economia seja repassada aos consumidores.

“Esse valor (R\$ 7,9 bilhões) decorre, principalmente, da redução das margens de lucro elevadas praticadas pelas empresas emissoras de vale-alimentação e vale-refeição, que passarão a ser repassadas aos estabelecimentos como bares, restaurantes e supermercados. Com a diminuição desses custos, estima-se uma queda nos preços finais das refeições e dos alimentos, beneficiando diretamente os trabalhadores. A estimativa é de um ganho médio de aproximadamente R\$ 225 por trabalhador ao ano”, explicou a Secretaria.

Em relação ao teto de tarifas,

o decreto estabelece um valor máximo de 3,6% para as tarifas cobradas dos estabelecimentos comerciais e prazo limite de 15 dias para o repasse dos valores pelas credenciadoras (empresas de maquininhas).

Segundo o Ministério da Fazenda, as medidas reduzem os custos de intermediação e criam condições para que restaurantes e supermercados possam praticar preços mais baixos sem comprometer suas margens.

fícios do PAT e do auxílio-alimentação sejam direcionados efetivamente ao trabalhador.

ABERTURA DE ARRANJOS

Em relação à abertura dos arranjos, o decreto determina que as redes de pagamento de vales-refeição e alimentação com mais de 500 mil trabalhadores adotem o modelo aberto. No sistema aberto, a bandeira (instituidora) cria as regras, mas a emissão de cartões e o credenciamento de estabelecimentos podem ser feitos por qualquer instituição que atenda aos requisitos do sistema.

Essa medida, segundo a Fazenda, deve reduzir barreiras de entrada, aumentar a concorrência e expandir a rede de aceitação. O modelo segue o padrão introduzido em 2010 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no setor de cartões de crédito e débito.

OUTUBRO

Fluxo de capital para emergentes sobe a US\$ 26,9 bi

LARISSA BERNARDES/AE

Os fluxos de portfólio para mercados emergentes somaram US\$ 26,9 bilhões em outubro, segundo relatório do Instituto de Finanças Internacionais (IIF), divulgado ontem. O número representa uma recuperação em relação ao ritmo moderado de setembro, mas a composição ainda revela sinais de fragilidade. A dívida permaneceu dominante, somando US\$ 14 bilhões, enquanto as entradas em ações aumentaram para US\$ 12,9

bilhões, destacou a instituição. A melhora foi puxada por uma recuperação acentuada nos fluxos de capital, após três meses de fraqueza, refletindo um ambiente mais favorável para moedas de mercados emergentes.

Na renda fixa, os fluxos de dívida permaneceram positivos no mês, mas caíram significativamente em relação a setembro.

A China registrou saídas de US\$ 3 bilhões, enquanto os demais emergentes receberam US\$ 17,1 bilhões. O IIF observou que

os altos rendimentos nominais e reais continuam a sustentar a demanda por dívida em moeda local, embora o equilíbrio entre risco e recompensa tenha se tornado menos favorável.

Entre regiões, a Ásia emergente liderou com US\$ 16,5 bilhões em entradas totais, a Europa emergente teve US\$ 3,8 bilhões, a América Latina, US\$ 3,5 bilhões, e Oriente Médio e Norte da África somaram US\$ 3 bilhões - todas em alta em outubro ante setembro.

Já na renda variável, os fluxos

totais de ações para EM voltaram ao terreno positivo, após quedas consecutivas desde julho. A China atraiu US\$ 3,5 bilhões, enquanto os mercados excluindo a China somaram US\$ 9,4 bi, o melhor resultado mensal desde o fim de 2023. Para o IIF, o cenário global segue favorável, com rendimentos mais baixos nos Treasuries, condições financeiras afrouxadas e expectativa de novo corte de juros pelo Federal Reserve, o que deve sustentar fluxos para emergentes, especialmente em dívida local.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

STF

MP relata ‘lesões atípicas’ em operação que matou 121

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) enviou ontem ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), um relatório parcial da investigação envolvendo a morte de 121 pessoas que seriam ligadas à organização criminosa Comando Vermelho (CV) e que foram alvo da Operação Contenção, realizada no dia 28 de outubro, no Rio de Janeiro. O relatório apontou duas mortes que foram consideradas atípicas em operações desse nível.

Após acompanhar o trabalho de perícia dos 121 corpos, o MP encontrou “lesões atípicas” em dois cadáveres. Um deles apresentou marcas de tiros à curta distância. O segundo corpo estava decapitado por instrumento cortante. Os demais corpos estavam com lesões internas e externas, provocadas por tiros de fuzil. A maioria das lesões estava localizada na região do tórax e do abdômen, características de confrontos armados, segundo os promotores. O relatório ainda confirmou que todos os mortos eram ho-

mens, na faixa etária entre 20 e 30 anos. Alguns acusados estavam usando roupas camufladas, botas operacionais, coletes com carregadores de munição e luvas táticas. Nos bolsos das roupas foram encontradas munições, celulares e “erva prensada”. “A maioria dos corpos exibia múltiplas tatuagens, algumas sabidamente referentes a facções criminosas e ao extermínio de policiais”, acrescentou o relatório. **CÂMERAS** O MPRJ também informou ao

ministro os próximos passos do trabalho de investigação. Os promotores vão fazer a análise minuciosa das câmeras corporais dos policiais que participaram da operação e a análise do local do confronto. O relatório foi anexado ao processo conhecido como ADPF das Favelas - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635. Na ação, a Corte já determinou diversas medidas para redução da letalidade durante operações em comunidades do Rio de Janeiro. Moraes é o relator temporário da ação.

LAVANDERIA DO CRIME

Refit recorre de decisão do STJ que interditou atividades da empresa

LAVÍNIA KAUCZ
E MARIANA RIBAS/AE

A Refit (nome fantasia da Refinaria de Manguinhos) entrou com um recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra decisão monocrática do presidente da Corte, Herman Benjamin, que voltou a interditar as atividades da empresa no final do mês passado. O tipo do recurso é um agravo interno, que leva o julgamento ao colegiado - nesse caso, seria a Corte Especial, composta pelos 15 ministros mais antigos do Tribunal. Ainda não há previsão de quando será feita a análise do pedido da Refit, que foi interposto na última quinta-feira. O processo corre em segredo de justiça. A refinaria foi interditada pela Receita Federal e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) em 19 de setembro por suspeita de irregularidades apuradas na Operação Cadeia de Carbono. Em outubro, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) proferiu decisão liminar que suspendeu a interdição. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) recorreu ao STJ e obteve a decisão fa-

vorável do presidente da Corte. Na decisão, Benjamin afirmou que a liminar do TJRJ é "peculiar" porque considera que o desbloqueio da refinaria e de descarregamento de combustível dependeria de perícia técnica, mas, mesmo assim, atende ao pedido da empresa para liberar as atividades. Após a decisão que atendeu ao governo, em outubro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reconheceu que "sempre cabe" recurso à decisão, mas que a questão não é "palanque eleitoral". "Isso aqui não pode ser uma disputa menor, de caráter partidário. Isso aqui é uma

disputa contra o crime do Estado brasileiro", afirmou a jornalista na ocasião. A Refit é alvo das autoridades desde que a Polícia Federal (PF) deflagrou a operação Carbono Oculto, em 28 de agosto. A PF investiga se o combustível da Refit abastece redes de postos de gasolina controlados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo a apuração, a organização criminosa usa sua estrutura no mercado de combustíveis para lavar dinheiro do crime e ocultar os verdadeiros donos com a ajuda de bancos e fintechs instaladas na Faria Lima.

disputa contra o crime do Estado brasileiro", afirmou a jornalista na ocasião. A Refit é alvo das autoridades desde que a Polícia Federal (PF) deflagrou a operação Carbono Oculto, em 28 de agosto. A PF investiga se o combustível da Refit abastece redes de postos de gasolina controlados pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Segundo a apuração, a organização criminosa usa sua estrutura no mercado de combustíveis para lavar dinheiro do crime e ocultar os verdadeiros donos com a ajuda de bancos e fintechs instaladas na Faria Lima.

CRIME ORGANIZADO

RJ transfere 7 líderes do CV para presídio de segurança máxima

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap-RJ), realizou na manhã de ontem, a transferência de sete presos que exercem liderança dentro do Comando Vermelho para presídios federais de segurança máxima, após decisão da Vara de Execuções Penais (VEP). A operação é uma ação coordenada entre o Governo do Estado, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (por meio da Senappen) e as forças de segurança estaduais. O transporte dos presos é realizado sob forte

esquema de segurança, conduzido pelo Serviço de Operações Especiais (SOE), pelo Grupo de Intervenção Tática (GIT) e pela Divisão de Busca e Recaptura (Recap) — todos grupamentos da Seap — desde a Penitenciária Laércio da Costa Peregrino (Bangu 1), unidade de segurança máxima, até o Aeroporto Internacional do Galeão, de onde seguiram em aeronave da Polícia Federal com destino aos presídios federais. Todos os transferidos possuem condenações relacionadas ao tráfico de drogas e foram incluídos no sistema federal em

cumprimento à Lei nº 11.671/2008, que regulamenta a transferência de presos de alta periculosidade. “A transferência dessas lideranças criminosas reflete o nosso compromisso com o fortalecimento das políticas de segurança pública e com a adoção de medidas concretas para interromper a atuação de organizações criminosas a partir do sistema prisional. É uma ação estratégica para preservar a ordem pública e assegurar a tranquilidade da população fluminense”, afirmou o governador Cláudio Castro.

A secretária de Administração Penitenciária, Maria Rosa Nebel, explicou que a operação faz parte das medidas da Operação Contenção: “A ação é conduzida de forma técnica e integrada pela Secretaria de Administração Penitenciária, garantindo o equilíbrio do sistema prisional e a segurança da população fluminense. Essa integração das forças de segurança é fundamental para preservar a estabilidade do sistema e reforçar a presença do Estado”, destacou a secretária Maria Rosa Nebel.

Como é o presídio para onde líderes do Comando Vermelho foram transferidos

RAYANDERSON GUERRA/AE

Os sete condenados apontados como líderes do Comando Vermelho (CV) que cumprem pena no Rio de Janeiro foram transferidos ontem, para a Penitenciária Federal em Catanduvas, no Paraná. Os presos serão vigiados com um sistema de captação de som ambiente, monitoramento de vídeo e ficarão em celas individuais. Inaugurada em 2006, a penitenciária de Catanduvas foi a primeira unidade prisional federal de segurança máxima do País. Atualmente, existem cinco penitenciárias federais no Brasil, classificadas como presídios de segurança máxima.

As penitenciárias possuem agentes equipados com:

- armamento letal e menos letal;
- body scan, raio-x e detector de metais para revista pessoal e material;
- sistemas de vigilância por áudio e vídeo;
- equipamentos de segurança e de inteligência;
- estrutura física reforçada e resistente a tentativas de invasão e fuga.

A penitenciária federal de Catanduvas tem 12,6 mil metros quadrados de área construída, com capacidade para 208 presos em celas individuais, divididas em quatro módulos. As celas medem, aproxima-

damente, seis metros quadrados e possuem cama, sanitário, pia, chuveiro, mesa e uma cadeira. Não há tomadas elétricas e a energia do chuveiro e das lâmpadas são ativadas e desativadas em horários determinados. De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Penais, os presídios federais seguem procedimentos padronizados: O preso é revistado todas as vezes que deixa o seu dormitório. A cela do preso é revistada todas as vezes em que ele se retira. O preso permanece algemado quando em deslocamento pelo estabelecimento. O preso se comunica com familiares, amigos e advogados por parlatório ou por videocon-

ferência. O preso não tem acesso a meios de comunicação externos. Os procedimentos bem como os deslocamentos com o preso são realizados por, pelo menos, dois agentes. Os procedimentos e toda a rotina da cadeia são monitorados por circuito interno de câmeras. Agentes de inteligência da Penitenciária Federal monitoram o circuito de câmeras, as imagens capturadas são transmitidas ao vivo para a sede da SENAPPEN em Brasília (DF), onde outra equipe de inteligência também acompanha a rotina das cinco cadeias.

CONEXÃO DO CRIME

Polícia Civil do Rio apreende 30 pistolas que saíram de São Paulo

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Polícia Civil do Rio de Janeiro apreendeu 30 pistolas semiautomáticas dentro de um ônibus de turismo que saiu do bairro do Brás, em São Paulo. O destino final do carregamento era o Complexo do Alemão, região alvo da Operação Contenção no fim de outubro. A apreensão foi feita no posto da barreira fiscal de Nhangapi, em Itaiaia, na região sul fluminense. Policiais da Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos (Desarme), após denúncia, revistaram o interior e o bagageiro do ônibus, onde encontraram três caixas de papelão contendo seis almofadas, cujo peso ex-

cessivo levantou suspeita dos policiais. Ao serem abertas, revelaram um arsenal composto por 30 pistolas semiautomáticas de diversas marcas e calibres e 63 carregadores, embalados no interior das almofadas. De acordo com as investigações, a mulher responsável pela bagagem teria sido contratada por uma intermediária para transportar o armamento até o Rio de Janeiro, onde um motorista de aplicativo entraria em contato para recolher as caixas e entregá-las no Complexo do Alemão. A investigação prossegue para identificar os integrantes da cadeia criminosa responsável pelo transporte e distribuição das armas.

FAPERJ

Novo prêmio reconhece a excelência científica e a inovação no RJ

A FAPERJ acaba de lançar um edital inédito para homenagear pesquisadores, que fazem a diferença na ciência, na inovação e no desenvolvimento tecnológico do Estado. O “Prêmio FAPERJ de Ciência, Inovação e Reconhecimento - Destaques do Rio de Janeiro (1ª Edição) - 2025” vai reconhecer quem impulsiona projetos de impacto social, econômico e ambiental, conectando universidades, institutos e empresas e fortalecendo o ecossistema de inovação fluminense. Lançado na segunda-feira passada, o edital marca um novo ciclo de investimentos estratégicos da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI). A iniciativa reforça o compromisso da Fundação em valorizar a produção científica fluminense e estimular a cul-

tura da inovação. De acordo com a presidente da FAPERJ, Caroline Alves, o prêmio representa um marco no reconhecimento do talento e do esforço dos pesquisadores do estado: Trata-se de um edital inédito, que reafirma o papel da FAPERJ como agente estratégico na promoção do conhecimento e da inovação. Nosso objetivo é criar condições para que a ciência fluminense se desenvolva de forma sustentável e contribua diretamente para o bem-estar da população e o crescimento econômico do estado - destacou Caroline. Com foco em resultados de impacto, o edital incentiva a integração entre pesquisadores, estudantes e empreendedores, estimulando novas parcerias entre instituições públicas, privadas e startups. A expectativa é ampliar as oportunidades de pesquisa aplicada e fortalecer o protagonismo científico do Rio de Janeiro.

MEGAOPERAÇÃO

Mulher apontada como 'Japinha do CV' diz que ‘está viva’

A jovem que foi apontada como "Japinha do CV" se pronunciou pela primeira vez após a confirmação da Polícia Civil do Rio de que nenhuma mulher estava entre os mortos na megaoperação que vitimou 121 pessoas nos complexos do Alemão e da Penha no último dia 28. Em uma publicação nas redes sociais, Maria Eduarda diz que "não existe nenhuma Japinha do CV" e que a "internet vinculou fotos e imagens de uma vida passada" dela após a operação no Rio e o boato de que ela estaria entre as vítimas. "Meu nome é Maria Eduarda. Primeira vez que venho falar sobre isso. Como vocês sabem, tudo isso que está rolando na internet, que eu tinha... Eu tô viva, sim. Tô viva. Tudo isso que aconteceu foi a internet que criou porque em nenhum momento eu ou minha

família, ou ninguém próximo a mim, veio falar na internet que eu tinha morrido. A internet já veiculou fotos e imagens minha de uma vida passada que eu não vivo mais", afirmou. O mistério sobre a suposta morte da jovem ganhou força após uma foto de um corpo vestido com roupas camufladas e atingido por um tiro de fuzil no rosto ter sido atribuído à jovem. A Polícia Civil diz que o corpo em questão não é de uma mulher. Trata-se de Ricardo Aquino dos Santos, de 22 anos. "Essa tal de Japinha que estão falando aí. Não sou eu. Essa menina não existe. Foi uma coisa que a mídia criou. Não existe ninguém com esse apelido Japinha. Meu nome é Maria Eduarda conhecida como Penélope. Tem coisas da minha vida que prefiro deixar no passado", disse.

RESPONSABILIZAÇÃO

Idec pede ao STF esclarecimentos sobre redes sociais

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) recorreu da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que ampliou a responsabilidade das redes sociais por conteúdos ilícitos publicados pelos usuários. Para a entidade, o STF deve esclarecer pontos omissos e contraditórios, como em relação à responsabilidade de marketplaces, conteúdos impulsioneados e o conceito de "chatbots e robôs".

Uma das teses aprovadas em junho pelos ministros estabelece que há "presunção de responsabilidade" das redes sociais por conteúdos ilícitos em duas hipóteses: anúncios e impulsioneamentos pagos ou "rede artificial de distribuição (chatbot ou robôs)". Para o Idec, a menção a "chatbot ou robôs" é tecnicamente vaga e deixa margem para diversas interpretações

"A menção adiciona ainda mais confusão, pois chatbot designa, tecnicamente, um programa de computador que tenta simular um ser humano na conversação com as pessoas, uma finalidade distinta da "distribuição de conteúdo". Embora os votos dos Ministros tenham utilizado o termo robô de forma mais ampla, como sinônimo de automação para disseminação massiva, redação final da tese carece da precisão necessária", diz o Idec.

A entidade ainda alega que há uma contradição entre teses definidas pelo Supremo no que diz respeito aos marketplaces. Os ministros decidiram que a decisão não se aplica aos casos de plataformas de vendas online, e que nesses casos o regime aplicável é o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Já a tese 12 dispõe, de maneira genérica que "não haverá responsabilidade objetiva na aplicação da tese aqui enunciada".

O problema, segundo o Idec, é que o CDC é regido pela responsabilidade objetiva do fornecedor de serviços - ou seja, não é necessário que o consumidor comprove culpa para obter indenização, bastando a comprovação do dano no serviço.

"A contradição é manifesta: como podem os marketplaces responder de acordo com o CDC, se a principal regra de responsabilidade civil deste diploma - a objetiva - é expressamente afastada pela Tese 12?", questiona o Idec.

O acórdão do julgamento que amplia a responsabilidade das big techs por conteúdos publicados por terceiros foi publicado pelo Supremo na semana passada. A partir da publicação, abre-se prazo para a interposição de embargos de declaração, que servem para questionar omissões, contradições e obscuridades da decisão. O recurso do Idec é o primeiro a ser protocolado.

CÂMARA MUNICIPAL

BH aprova projeto que 'devolve' moradores de rua para ‘suas cidades’

EDERSON HISING/AE

Um projeto que pretende "devolver" pessoas em situação de rua para cidades de origem foi aprovado na terça-feira passada, em primeiro turno, pela Câmara Municipal de Belo Horizonte (MG). A votação da proposta provocou debates intensos entre situação e oposição no Legislativo.

Na justificativa do projeto, o vereador Vile Santos (PL), autor da proposta que cria o programa "De volta para a minha terra", afirmou que uma pesquisa da prefeitura de Belo Horizonte mostra que 30% da população em situação de rua demonstra interesse em retornar a cidades de onde vieram ou têm vínculo familiar e que quase 60% delas não eram da capital mineira.

Durante a sessão da Câmara, vereadores que apoiam o projeto defenderam que a medida contribui para a "resolução de um grave problema" da capital.

"Ninguém será expulso. Ninguém será amarrado e forçado a ir embora. Este programa é para que a prefeitura aja de forma ativa. É o projeto mais importante deste ano para a cidade de Belo Horizonte", afirmou Vile Santos.

Pelo texto da proposta, a prefeitura ficará responsável por avaliar as solicitações, apresentadas pelas pessoas interessadas e manter o registro atualizado dos atendimentos. O município também terá a responsabilidade de criar uma plataforma online e uma central de atendimento telefônico para consultas e solicitações.

FLORIANÓPOLIS

O projeto em Belo Horizonte foi votado na semana seguinte ao prefeito de Florianópolis (SC), Topázio Neto (PSD), anunciar o lançamento de um posto de atendimento

da Assistência Social na rodoviária do município para fazer o controle de quem chega na cidade. Se a pessoa desembarcar na cidade sem emprego e local para morar, a prefeitura dá a passagem de volta.

A medida adotada em Florianópolis foi citada durante a votação do projeto em Belo Horizonte. O vereador Uner Augusto (PL) afirmou que fez uma indicação para que a prefeitura da capital mineira adote o mesmo programa.

O projeto de lei de Belo Horizonte, que tem seis artigos, foi votado de forma destacada. Do primeiro ao quinto, a votação foi de 29 vereadores favoráveis e oito contrários. A votação especificamente do artigo sexto, que trata do início do programa a partir da sanção, recebeu 30 votos a favor e oito contra.

Conforme o Legislativo, a proposta será encaminhada às comissões da Casa para análise de emendas antes de ser votada em segundo turno. Somente após a segunda aprovação, a proposta será enviada para sanção ou veto do prefeito Álvaro Damião (União Brasil).

OPOSIÇÃO CRÍTICA

O vereador de oposição Pedro Patrus (PT) afirmou na sessão que a capital mineira já conta com política dedicada a migrantes. Trata-se do programa "Atenção ao Migrante", que oferece às pessoas em situação de rua ou de passagem pelo município o pagamento de passagens intermunicipais e interestaduais, além de serviço de acolhimento e escuta.

"O vereador que fez esse projeto não conhece o Sistema Único de Assistência Social (Suas), que já conta com um amplo programa de proteção a pessoas em vulnerabilidade social", disse. Segundo ele, é preciso projetos que "ampliem políticas públicas e não criminalizem a população mais pobre".

REAÇÃO DO GOVERNO

Relatório de PL Antifacção pode instaurar caos jurídico

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

O Ministério da Justiça e Segurança Pública criticou, em nota divulgada na noite desta quarta-feira, o terceiro relatório apresentado pelo deputado Guilherme Derrite (PP-SP) para o Projeto de Lei Antifacção, que é discutido na Câmara dos Deputados.

“O último relatório tem o potencial de instaurar um verdadeiro caos jurídico ao propor inovações para alterar, de forma assistemática e pouco técnica, institutos de longa data testados pela jurisprudência dos tribunais”, afirma a nota.

Para o governo, o “tumulto normativo” pode beneficiar criminosos investigados em procedimentos já instaurados contra eles.

“RETROCESSOS”

Segundo a nota do governo, no parecer protocolado na Câmara, na terça-feira passada, há “pontos que representam retrocessos jurídicos e institucionais inaceitáveis”. O governo avalia que há uma insistência em “de-

bilitar financeiramente a Polícia Federal” e as demais forças de segurança da União.

Isso porque haveria, conforme o governo, intenção de desvio de recursos às forças de segurança para fundos estaduais “ao invés de criar instrumentos para descapitalizar o crime organizado, como constava do projeto originalmente enviado pelo Governo à Câmara”.

PREOCUPAÇÃO

Na nota, o Ministério da Justiça pondera que acompanha “com preocupação” a sequência de relatórios apresentados à Câmara dos Deputados pelo relator, que é secretário licenciado de segurança pública do governo de São Paulo.

O outro ponto criticado pelo governo é que Derrite teria ignorado a proposta governamental de criar um novo tipo penal, o da “facção criminosa”.

O ministério afirma que o debate é urgente, mas não pode ser feito de forma “açodada”, a fim de não “fragilizar o enfrentamento ao crime organizado”.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública acrescenta que

trabalha para preservar as competências da Polícia Federal, especialmente quanto à sua autonomia funcional e sustentabilidade financeira, “bem como para assegurar aos brasileiros uma legislação penal moderna que os proteja adequadamente contra a atuação das facções criminosas”.

ADIAMENTO

Mais cedo, os governadores do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Goiás e a vice-governadora do Distrito Federal pediram ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), pelo menos mais um mês de discussões do Projeto de Lei Antifacção.

Na reunião presencial, o presidente da Câmara disse, segundo os governadores em entrevista à imprensa, que levaria a proposta de adiamento de votação aos líderes das bancadas.

PONTOS INEGOCIÁVEIS

A ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, afirmou que alguns trechos do projeto o governo não pretende negociar. São eles:

questões sobre tipificação penal, apreensão de bens, descapitalização da Polícia Federal (PF) e a não revogação de trechos da Lei das Organizações Criminosas.

RELATOR

Em apenas cinco dias, Derrite apresentou três textos alternativos ao projeto que o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional e que, agora, está sendo chamado de “marco legal do combate ao crime organizado”.

A última mudança foi anunciada na noite de terça-feira, mantendo as atribuições e autonomia da Polícia Federal (PF) e não equiparando facções criminosas como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) a grupos terroristas.

Ontem, Derrite defendeu mudanças na forma como são conduzidas as audiências de custódia – ato processual que garante que toda pessoa presa em flagrante ou por força de um mandado judicial seja ouvida por um juiz em, no máximo, 24 horas.

Lindbergh: 4ª versão retira recursos da PF e promove fragmentação orçamentária

VICTOR OHANA E PEPITA ORTEGA/AE

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (RJ) (**foto**), criticou a quarta versão do parecer do deputado Guilherme Derrite (PP-SP) sobre o projeto do governo conhecido como "PL Antifacção". O novo relatório foi publicado na noite desta quarta-feira. De acordo com o petista, na rede social X, Derrite "aprofunda a desorganização normativa e mantém vícios estruturais graves".

Lindbergh sustenta que Derrite retira recursos da Polícia Federal, "enfraquecendo o órgão de coordenação nacional e contrariando o espírito da PEC da Segurança Pública". O líder do PT prossegue: "Em vez de fortalecer a PF, o texto promove uma fragmentação orçamentária em relação aos fundos que compromete a eficiência no enfrentamento às organizações criminosas de atuação interestadual".

O texto continua: "O substitutivo também desmonta a política de descapitalização das facções ao eliminar as medidas cautelares especiais previstas no projeto original, substituindo-as por instrumentos já existentes e



LULA MARQUES/ABRASIL

criando a ficção de uma 'ação civil autônoma', que só acrescenta morosidade, insegurança jurídica e pulverização dos procedimentos de recuperação de bens".

O petista acrescenta: "A proposta perde sua espinha dorsal: a capacidade de bloquear rapidamente recursos ilícitos e atingir o coração financeiro das fac-

ções criminosas".

Lindbergh diz ainda que a tipificação de facção criminosa pelo relator é uma improvisação. "O relator insiste em inventar categorias sem fundamento jurídico, como a tal 'organização ultraviolenta', numa tentativa de apagar a terminologia rigorosa de 'facção criminosa' introduzida no texto original do gover-

no federal".

O deputado prossegue: "Esse tipo de improvisação conceitual enfraquece a política criminal, confunde operadores do direito e mascara o objetivo real: desfigurar a proposta técnica e consistente do Executivo, substituindo-a por um amontoado de conceitos vazios e dispositivos contraditórios".

Haddad: Derrite não é pessoa versada em investigação e inteligência contra o crime

FLÁVIA SAID/AE

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a criticar o deputado federal deputado Guilherme Derrite (PP-SP), relator do Projeto de Lei (PL) Antifacção, e considerou que o parlamentar "não é uma pessoa versada em investigação e inteligência contra o crime organizado". Derrite está licenciado do cargo de secretário de Segurança Pública do governo de São Paulo, comandado por Tarcsio de Freitas (Republicanos).

O titular da Fazenda disse não ter conhecimento do texto que será votado, e afirmou que há um "açodamento" para votar o texto sem uma discussão prévia com o governo. "A Polícia Federal não é do governador A, B ou C, a Polícia Federal é do

País. A Receita Federal tampouco é de governo. São órgãos de Estado. E enfraquecer esses órgãos de Estado não faz o menor sentido", criticou.

Haddad apontou também que o governo federal deu uma demonstração de integração para assfiliar financeiramente o crime organizado. "O governo federal atua no andar de cima do crime, com inteligência. A Polícia Federal desenvolveu um sistema de inteligência. A todo momento nós estamos dando operação da Polícia Federal. É o nosso órgão. Dá orgulho".

E prosseguiu: "Vai colocar isso a perder em função do açodamento de um relator que, com todo respeito, não é, teoricamente, uma pessoa que entenda de inteligência, de investigação, não é uma pessoa ver-

sada em investigação e inteligência contra o crime organizado. Para que esse açodamento? Nada contra, o deputado não precisa ser especialista em tudo. Mas, quanto menos se sabe, mais se busca apoio de quem sabe".

O ministro ainda defendeu o projeto que visa combater o devorador contumaz, que está há oito anos tramitando. "Isso combate o crime organizado. E por que não vota? O que está por trás desse procedimento em relação a um projeto tão importante que recebeu a chancela de todos os senadores da República, depois da operação Carbono Oculto?". O texto usado como comparação por Haddad está parado na Câmara.

Dizendo desconhecer o último relatório de Derrite, Haddad

defendeu que o projeto seja deixado em consulta durante algumas semanas para ser discutido. "Todos os governadores são filhos de Deus. Não são? Tem que ouvir todo mundo", disse, sem mencionar a ida de governadores de direita à Câmara nesta quarta, em defesa do projeto de lei. "Sequer os interessados estão sendo ouvidos, tudo sendo feito de forma atabalhoada, por trás disso aí tem algum interesse, que não resiste à luz do dia".

O ministro recebeu mais cedo em seu gabinete o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues. Ele disse não ter tratado com Andrei do projeto em análise na Câmara, mas sim da integração "cada vez mais potente" entre a PF e a Receita Federal.

PROCURADORIA

Senado aprova recondução de Paulo Gonet para PGR

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

O plenário do Senado aprovou, nesta quarta-feira, por 45 votos favoráveis e 26 contrários, a recondução de Paulo Gonet (foto) para o cargo de procurador-geral da República por mais dois anos.

Gonet precisava de maioria simples na CCJ e depois de pelo menos 41 votos no Plenário para ter a recondução confirmada pelo Senado. Ele foi indicado pela primeira vez em 2023. Nesse período, Gonet apresentou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e aliados por tentativa de golpe de Estado.

No parecer apresentado, o relator Omar Aziz ressaltou que Paulo Gonet atuou “de forma técnica em centenas de ações penais e acordos de não persecução, inclusive em face dos principais responsáveis pelo ataque à democracia ocorrido no país, conforme já reconhecido em variadas condenações proferidas pelo STF”.

Pela manhã, Gonet defendeu a atuação no processo da trama golpista, que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro e aliados por tentativa de golpe de Estado, entre outros crimes.



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

“Não há criminalização da política em si. Sobre tudo, a tinta que imprime as peças produzidas pela Procuradoria-Geral da República não tem as cores das bandeiras partidárias”, afirmou Gonet.

O procurador-geral destacou que, no decorrer do processo da trama golpista, foram ampla-

mente usados os acordos de não persecução penal para os acusados que reconheceram o erro e se comprometeram com medidas de reparação, mantendo o status de réu primário.

Gonet defendeu que suas manifestações se restringiram aos autos do processo, evitando vazamentos ilegais e comentários públicos. “O respeito ao sigilo ju-

dicial foi sempre obedecido de modo absoluto”, acrescentou.

Além de Gonet, também foram aprovados os indicados ao Superior Tribunal Militar (STM), ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Todos os nomes foram encaminhados para deliberação do plenário.

MATANÇA

Moraes dá mais 5 dias para governo do Rio enviar dados sobre operação

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu mais cinco dias para o governo do Rio de Janeiro enviar à Corte informações sobre a Operação Contenção, que matou 121 pessoas que seriam ligadas à organização criminosa

Comando Vermelho (CV) no dia 28 de outubro.

Moraes atendeu ao pedido do governo estadual para ampliar o prazo para o envio dos dados. Entre as informações solicitadas estão laudos necroscópicos e de projéteis.

“Em vista do requerimento, defiro o pedido de prorrogação, determinando o cumprimento da decisão anterior até 17/11/2025”, decidiu o ministro.

Alexandre de Moraes é o relator temporário do processo co-

nhecido como ADPF das Favelas - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635. Na ação, a Corte já determinou diversas medidas para redução da letalidade durante operações em comunidades do Rio de Janeiro.

TCU

Ministro critica Ibama e acusa órgão de travar desenvolvimento

BRUNA ROCHA/AE

O decano do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Walton Alencar, afirmou ontem que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tem se tornado “um câncer para a sociedade brasileira” e estaria travando o desenvolvimento da nação.

O Ibama é responsável pela fiscalização, controle e proteção ambiental no Brasil, a fim de garantir a aplicação das leis e a sustentabilidade dos recursos naturais. Entre suas atribuições estão o combate ao desmatamento e queimadas, o licenciamento de grandes empreendimentos, o controle de atividades

predatórias, como caça e pesca, e a proteção da fauna e flora.

“Sou relator do processo da Ferrovia Transnordestina, uma obra que redundará na criação de riquezas (...) O Ibama está atuando para impedir o funcionamento da rodovia. Procurei saber os motivos da ação deles, mas não tive razões plausíveis (...) Não hesito em afirmar que o Ibama é o maior câncer dentro da administração pública no Brasil”, disse o ministro durante a abertura da sessão no plenário do TCU.

Segundo Alencar, o Ibama receberia recursos de organizações internacionais (ONGs), que teriam influenciado o órgão a bloquear uma licença ambiental necessária para que a Petro-

bras pudesse pesquisar petróleo na Margem Equatorial, região localizada no litoral norte do Brasil.

“Quando se examina a atuação do Ibama no impedimento da Petrobras, percebe-se que há algo estranho. O órgão foi capturado por ONGs financiadas por capitais estrangeiros [...] Temos um órgão estatal e interesses internacionais impedindo o desenvolvimento do Brasil”, declarou.

A Margem Equatorial se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte e abriga cinco bacias sedimentares a Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar.

Outros ministros presentes na corte, como Bruno Dantas,

Jhonatan de Jesus e Benjamin Zymler, manifestaram concordância com as críticas de Alencar. Dantas, que é relator de um processo do TCU sobre a emissão de licença para a Petrobras na Margem Equatorial, afirmou que recebeu uma recomendação da unidade de instrução para arquivar a análise.

“A unidade de instrução propôs o arquivamento da matéria, mas informo que não a arquivarei. Vou aprofundar e dissecar o caso para entendermos por que essa licença levou tantos anos para sair. Precisamos verificar se foram razões técnicas ou pessoais”, disse, durante a abertura da sessão ordinária ao negar o pedido.

que em sido vista por parte de grandes empresas estrangeiras, como a Microsoft, mas ressaltou a importância dos players nacionais.

O especialista contou que o BNDES procurou a Petrobras e, junto com outros parceiros como o Instituto Clima e Sociedade, a Imaflora, o Mattos Filho, entre outros, desenvolveu um contrato de carbono “equilibrado”. “Saiu um contrato de boa referência. Ontem foi aberto um leilão inspirado no Proinfra e será revelado o preço e teremos um contrato de referência”, avaliou.

ILEGALIDADE

Taxa para ônibus de turismo no Guarujá é anulada pela Justiça

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) declarou inconstitucionais trechos de uma lei do município de Guarujá, no litoral de São Paulo, que permitiam a cobrança de taxas para ônibus de turismo e fretados na cidade da Baixada Santista.

A norma instituiu uma taxa de polícia a ser paga para autorizar a entrada de veículos com mais de oito lugares vindos de outros municípios, com valores diários que variavam entre R\$ 926 e R\$ 4 630, além de multas de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil por dia em caso de descumprimento da regra.

O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, argumentou que a taxa cobrava pelo uso de bem público e não tinha base em efetivo poder de

polícia, sem fiscalizar uma atividade específica.

O relator do Órgão Especial do TJ-SP, desembargador Renato Rangel Desinano, acolheu os argumentos do chefe do Ministério Público paulista e destacou que a taxa instituída não demonstrava qualquer correlação entre o valor cobrado e o custo das atividades estatais relativas aos veículos.

Para Desinano, a lei também violou o princípio da anterioridade nonagesimal ao entrar em vigor antes do prazo mínimo de 90 dias após a publicação.

O Estadão procurou a prefeitura de Guarujá para obter um posicionamento sobre a decisão, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

COP30

Cúpula dos Povos critica omissão de países na tomada de decisão

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

A Cúpula dos Povos foi aberta oficialmente ontem com discursos criticando a ausência de maior participação popular na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) e em defesa da Palestina. Para as organizações e movimentos, países e tomadores de decisão têm se omitido ou apresentado soluções absolutamente ineficientes colocando em risco a meta de 1,5°C do Acordo de Paris.

O evento reúne cerca de 1,3 mil movimentos sociais, redes e organizações populares de todo o mundo e se estende até o dia 16 de novembro, na Universidade Federal do Pará, às margens do Rio Guamá, em Belém (PA).

“Decidimos há mais de dois anos, quando tivemos notícias de que a COP30 aconteceria aqui no nosso país e mais especificamente aqui no estado do Pará, de dizer que, diante dos desafios que estava posto pela COP, nós deveríamos construir um dos maiores levantes da classe trabalhadora do nosso país mobilizando a classe trabalhadora do mundo”, disse Ayala Ferreira, uma das integrantes da comissão organizadora da Cúpula e integrante do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais sem Terra (MST).

A expectativa é que mais de 30 mil pessoas passem pela Cúpula, construída como uma resposta concreta dos povos ao que chamam de inércia e falta de compromisso da COP.

Na avaliação das lideranças da cúpula, apesar de alcançar sua trigésima edição, a COP tem mostrado poucos resultados práticos e, além disso, tem deixado as populações à margem das decisões tomadas durante o evento.

“A gente também foi mobilizando outros aliados, de outras nacionalidades, na universidade, nos outros movimentos e fomos ampliando e criando um movimento com mais de 1,3 mil representações do mundo inteiro. Hoje nós nos orgulhamos muito disso. A cúpula dos povos de 2025 é a cúpula dos povos do campo popular para enfrentar e constranger em alguns momentos a COP 30. Ela é feita por muitas mãos e muitas vozes de homens e mulheres do mundo inteiro”, reiterou Ayala durante o ato de abertura.

Antes da abertura, centenas de pessoas desfilarão com bandeiras em defesa das águas, contra a exploração das mineração e os combustíveis fósseis. Bandeiras de movimentos ribeirinhos, sem-terra, quilombolas,

de quebradeiras de coco, atingidos por barragens, de pessoas com deficiência e mulheres percorreram os espaços da universidade mostrando a diversidade de participações. Bandeiras palestinas também tremulavam por todos os cantos, ecoando gritos de “Palestina livre”.

“Da Palestina até a Amazônia, os crimes contra a humanidade continuam e a resistência das pessoas continuam. Na Palestina, o genocídio já completou dois anos e ainda não cessou, mesmo com o acordo (firmado entre Israel e Hamas há dois meses), os crimes de Israel continuam a acontecer”, discursou o ativista palestino Jamal Juma.

Ao longo da programação, estão previstos debates sobre territórios e soberania alimentar, reparação histórica e racismo ambiental, transição energética justa, enfrentamento ao extrativismo fóssil, governança participativa, democracia e internacionalismo dos povos, cidades justas e periferias vivas, e feminismo popular e resistências das mulheres.

A ideia, segundo os organizadores é “fortalecer a construção popular e convergir pautas de unidade das agendas: socioambiental, antipatriarcal, anticolonialista, antirracista e de direitos, respeitando suas diversidades e especificidades, unidos por um futuro de bem-viver”, conforme previsto no manifesto da Cúpula dos Povos, outro ato de resistência climática lançado pelo movimento.

O integrante da organização da cúpula, e integrante da Confederação Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA-TUCA) Ivan González destacou o esforço das organizações para participar dos debates e tentar influir nas decisões tomadas na COP.

“Este esforço que construímos [para estar na cúpula] está indo bem, com grande dificuldade, mas bem. Especialmente, porque as pessoas comuns não têm capacidade para mobilizar milhões em dinheiro para influenciar as decisões dos governos, particularmente na COP e em outros espaços de governança”, disse.

“Estamos aqui porque queremos demonstrar que o povo, ou melhor, as pessoas, defendem nosso planeta, especialmente contra este capitalismo que se alimenta de corpos, trabalho e natureza”, afirmou Gonzalez, se solidarizando com as lutas em Burkina Faso, Congo, Nepal, Palestina e na América Latina e Caribe.

FLORESTAS

BNDES aprovou de 2023 até hoje 14 operações de financiamento

KARLA SPOTORNO E CRISTINA CANAS/AE

O líder do Departamento Ambiental do BNDES, Marcus Cardoso, disse que de janeiro de 2023 até o momento atual o BNDES aprovou 14 operações de financiamento para florestas.

“Mobilizamos R\$ 1,9 bilhão para restauro, manejos florestal e para agrofloresta de cacau”, disse Cardoso. Ele acrescentou que entre os investidores há empresas de médio porte, além das companhias grandes.

“Nesse processo, a parceria com bancos privados é muito

importante”, ressaltou. Cardoso acrescentou que o ProFloresta+ vai ajudar o mercado de carbono ao formar um preço público para o crédito. “O programa de compra de carbono é um leilão público de crédito de alta integridade”, disse.

Ele ressaltou a forte demanda

RETALIAÇÃO

Rússia bane entrada de autoridade do Japão e outros 29 cidadãos

KAROLINA MONTE/AE

O Ministério das Relações Exteriores da Rússia anunciou na terça-feira passada, a adição de outros 30 nomes à lista de japoneses proibidos em território russo "por tempo indeterminado".

Entre os nomes estão o assessor de imprensa do Ministério das Relações Exteriores do Japão, Toshihiro Kitamura, e Yu Koizumi, professor da Universidade de Tóquio especialista em políticas de segurança russa, além de diversos jornalistas e outros acadêmicos.

Já nesta quarta-feira, o Japão declarou ser "absolutamente inaceitável" a decisão do governo russo, segundo a mídia japonesa. Em conferência de imprensa, o secretário-geral do gabinete japonês Minoru Kihara disse ser "lamentável" a decisão russa, já que o diálogo entre pessoas das duas nações é importante para a manutenção das comunica-

ções bilaterais, mesmo em momentos difíceis.

A lista de proibidos em território russo foi anunciada pela primeira vez em 2022, e já incluía Sanae Takaichi, atual primeira-ministra do Japão, junto de outros jornalistas e oficiais do governo japonês.

A decisão é uma resposta frente às sanções do Japão contra a Rússia, motivadas pelo conflito com a Ucrânia. Conforme a *Reuters*, Kihara acusou Moscou de inverter a responsabilidade pela invasão ao território ucraniano.

Mesmo com a lista de japoneses proibidos pela Rússia e sanções por parte do governo asiático, o Japão ainda exporta energia para a ilha russa de Sakhalin. Segundo a *Reuters*, Kihara não respondeu sobre se a recente decisão do governo britânico em suspender seguros sobre exportação de gás para a Rússia afetaria futuras negociações de venda ou aumentaria as sanções sobre os russos.

EUA

Nova acusação de pedofilia expõe passado obscuro de Trump

Os democratas do Comitê de Fiscalização da Câmara dos Estados Unidos divulgaram ontem, uma série de e-mails do empresário Jeffrey Epstein em que ele afirma que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, "sabia das meninas", muitas das quais eram menores de idade, e teria "passado horas" com uma das vítimas dos crimes cometidos por Epstein.

As mensagens foram trocadas após o acordo de confissão firmado por Epstein em 2008, na Flórida, quando o magnata admitiu comandar rede de tráfico sexual. Segundo o governo americano, o bilionário explorou sexualmente mais de 250 meninas.

Onze anos depois, o caso voltou à tona, o acordo foi considerado inválido e a prisão do bilionário por tráfico sexual foi determinada. Segundo as autoridades, ele se matou poucos dias depois de ser preso.

Os documentos, de acordo com os congressistas, foram selecionados de milhares de páginas e levantam novas dúvidas sobre o relacionamento entre Trump e Epstein, que mantiveram contato por anos antes do escândalo de exploração sexual vir à tona.

Após a divulgação, a Casa Branca acusou os democratas de conduzirem uma campanha de difamação. "O fato é que o presidente Trump expulsou Jeffrey Epstein de seu clube décadas atrás por assediar suas funcionárias, incluindo Giuffre", afirmou a secretária de imprensa Karoline Leavitt, em nota.

Veja os e-mails divulgados na íntegra:

Em um e-mail endereçado a Ghislaine Maxwell, sócia e namorada de Epstein, em abril de 2011, o empresário menciona o presidente americano.

"Quero que você perceba que aquele cachorro que não latiu é Trump." Ele acrescentou que uma vítima não identificada "passou horas na minha casa com ele, ele nunca foi mencionado uma única vez." "Tenho pensado nisso", escreveu Maxwell, em resposta.

Em outro e-mail que Epstein enviou a Michael Wokff, o empresário afirmou: "Trump disse que me pediu para renunciar, nunca fui membro, é claro que ele sabia sobre as meninas, pois pediu a Ghislaine para parar", escreveu.

Um terceiro e-mail divulgado mostra Epstein questionando Wokff sobre como abordar o relacionamento deles, já que o republicano estava se tornando uma figura de relevância nacional.

"Ouvi dizer que a CNN planeja perguntar a Trump esta noite sobre sua relação com você, seja ao vivo ou em entrevista coletiva após o evento", escreveu Wokff.

"Se pudéssemos elaborar uma resposta para ele, qual você acha que deveria ser?", questionou Epstein.

"Acho que você deveria deixá-lo se enfocar. Se ele disser que não participou do plano nem foi à casa, isso lhe dará um valioso capital político e de relações públicas.", respondeu Wokff.

"Você pode enforcá-lo de uma forma que potencialmente gere um benefício positivo para você ou, se realmente parecer que ele pode ganhar, você pode salvá-lo, gerando uma dívida. É claro que é possível que, quando questionado, ele diga que Jeffrey é um ótimo sujeito, que foi injustiçado e é vítima do politicamente correto, que será proibido no regime de Trump", concluiu.

Nota

NO REINO UNIDO, SECRETÁRIO DE SAÚDE NEGA CONSPIRAÇÃO PARA DESTITUIR STARMER

O secretário de Saúde do Reino Unido, Wes Streeting, negou nesta quarta-feira, estar conspirando para derrubar o primeiro-ministro Keir Starmer, em meio à crescente inquietação no Partido Trabalhista diante da queda nas pesquisas, menos de 18 meses após a vitória eleitoral do partido. Streeting classificou como "autodestrutivos" e "contraproducentes" os rumores sobre um desafio à liderança, após assessores de Starmer afirmarem à imprensa que o premiê enfrentaria qualquer tentativa de afastamento. "É um boato totalmente contraproducente, até porque não é verdade", disse à Sky News.

SAFARI HUMANO

Italianos pagavam para atirar em civis e crianças em Sarajevo

GEOVANNA HORA/AE

A Procuradoria de Milão abriu uma investigação contra turistas italianos suspeitos de pagar até € 100 mil (cerca de R\$ 611 mil na cotação atual) para atirar em pessoas inocentes e crianças em viagens de caça a um "safari humano" em Sarajevo, na década de 90, em meio à Guerra da Bósnia.

De acordo com o jornal La Repubblica, todas as sextas-feiras, os "turistas de guerra" percorriam cerca de 600 quilômetros entre Trieste, no nordeste da Itália, e Sarajevo. Primeiro, eles voavam até Belgrado, na Sérvia, pela companhia aérea Aviogenex. Depois, seguiam de helicóptero ou por terra até as colinas da capital da Bósnia e Herzegovina, onde recebiam armas e eram posicionados para atirar em civis.

As "excursões" ocorreram entre 1993 e 1995 e custavam de € 80 mil (R\$ 489 mil) a € 100 mil

por pessoa - mas aqueles que queriam atirar em crianças precisavam pagar um valor adicional. O dinheiro era entregue a intermediários das milícias sérvias.

Segundo a reportagem, o perfil dos atiradores não mudava muito: a maioria era composta por políticos ou simpatizantes da extrema-direita, que tinham paixão por armas, gostavam de atirar - fosse em estandes de tiros ou em viagens de caça - e procuravam por formas de adrenalina "sádica". Eles eram empresários, médicos e mercenários, com idades entre 40 e 50 anos, que moravam nas regiões de Lombardia, Piemonte e Trieneto

Os promotores e o Esquadrão de Operações Especiais (ROS) dos Carabinieri - uma das quatro Forças Armadas da Itália - já levantaram nomes de testemunhas que serão convocadas para depor. Entre elas, está um ex-funcionário da agência de inteli-

gência da Bósnia, que, de acordo com o La Repubblica, já afirmou que o Serviço de Inteligência e Segurança Militar (Sismi) da Itália foi alertado sobre a situação no início de 1994.

"Descobrimos que o safari partiu de Trieste. Interrompemos e o safari não acontecerá mais", respondeu a corporação na época. O ex-agente disse que o assunto nunca mais foi retomado entre as duas instituições.

Um oficial da Eslovênia, um bombeiro e os pais de uma bebê de um ano que foi morta no "beco dos atiradores" também devem ser ouvidos. O bombeiro depôs no julgamento do ex-presidente da Sérvia, Slobodan Milosevic, onde já havia citado os "atiradores turistas" com roupas e armas que destoavam do contexto. "Sou treinado e sei reconhecer quando uma criança que não conhece uma área é conduzida quase pela mão para dentro dela por alguém que a conhece bem", disse ele na época.

Alguns dos "turistas de guerra" também já foram identificados. Um deles era dono de uma clínica particular em Milão. Eles devem ser julgados por homicídio doloso agravado por crueldade e motivos torpes.

A história tem repercutido desde o lançamento do documentário "Sarajevo Safari", do diretor esloveno Miran Zupanic, que, em 2023, trouxe histórias e depoimentos sobre esse período. Os acontecimentos também foram denunciados pelo escritor Ezio Gavazzeni, com a ajuda do advogado Nicola Brigida e do ex-juiz e advogado Guido Salvini.

Toda essa situação ocorreu em meio ao cerco de Sarajevo, um dos capítulos mais sangrentos da Guerra da Bósnia, que ocorreu entre 1992 e 1995 durante a dissolução da antiga Iugoslávia (atual Sérvia). Segundo o La Repubblica, mais de 11 mil civis morreram - destes, 1.601 eram crianças. O número de feridos é estimado em 60 mil.

TURISMO

Brasil é reeleito para presidir Conselho-Executivo da ONU

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O Brasil foi reeleito na terça-feira passada, em Riad, na Arábia Saudita, para seguir no comando do Conselho Executivo da Agência Especializada das Nações Unidas para o Turismo, a ONU Turismo. Por um placar de 21 a 13, o país venceu a disputa contra a Eslovênia.

A votação ocorreu durante a reunião do 125º Conselho Executivo da ONU Turismo, o órgão dedicado à promoção do turismo responsável, sustentável e universalmente acessível.

A decisão mantém o Brasil no comando das decisões estratégicas para o setor, como atração de investimentos, qualificação profissional, sustentabilidade, a relação entre o setor e as mudanças climáticas e a digitalização, entre outras.

No encontro na capital saudita, a Eslovênia foi definida como primeira vice-presidente do órgão e a China, segunda vice-presidente.

Com a reeleição, o ministro do Turismo do Brasil, Celso Sabino (**foto**), seguirá à frente do órgão até 2026.

Em nota, o Ministério do Turismo (MTur) afirma que a escolha reafirma "a liderança do país no turismo mundial".

A reunião do Conselho foi marcada pela despedida do atual Secretário-Geral da ONU Turismo, Zurab Pololikashvili, após oito anos. Em seu lugar assumirá a xeica, Shaikha Nasser Al Nowais, dos Emirados Árabes Unidos, primeira mulher eleita para o cargo de secretária-Geral em 50 anos da entidade.

REPERCUSSÃO

A secretária-executiva do Ministério do Turismo, Ana Carla



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Lopes, que representou o Brasil no encontro e defendeu a candidatura do Brasil para a recondução ao posto, garantiu que a ONU Turismo, sob a presidência brasileira, irá "fazer do próximo ano um ano espetacular para o turismo mundial".

O ministro do Turismo, Celso Sabino, que participa da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém, enviou uma mensagem elencando os avanços da gestão do atual governo brasileiro no segmento do turismo, como:

- a inauguração do primeiro escritório da ONU Turismo da Região das Américas, no Rio de Janeiro;
- a criação dos Comitês de Mérito e de Turismo e Ações Climáticas, para os quais o país

também foi eleito para o comando pelos próximos dois anos;

- a realização da eleição que recomendou a líder em turismo, Shaikha Nasser Al Nowais, dos Emirados Árabes Unidos, como primeira mulher ao cargo de secretária-geral desta entidade internacional dedicada ao turismo.

TURISMO

Com base nos dados divulgados pela Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), em parceria com o Ministério do Turismo e a Polícia Federal, o turismo internacional no Brasil tem registrado um forte crescimento.

De janeiro a outubro de 2025, o país já soma 7.686.549 chegadas. O volume é recorde e repre-

senta um aumento de 42,2% sobre o mesmo período de 2024, quando o registro ficou em 5,4 milhões de chegadas ao Brasil, confirma a Embratur.

O território brasileiro já é configurado como o maior número de visitantes estrangeiros para os primeiros dez meses registrados na série histórica.

A Argentina segue na liderança como maior país emissor de turistas para o Brasil. Nos primeiros dez meses deste ano, os destinos brasileiros registraram a chegada de quase 3 milhões de argentinos.

O segundo lugar entre os maiores emissores fica com o Chile (661.850 entradas) no mesmo período. Em terceiro lugar estão os Estados Unidos, com 614.348 chegadas e crescimento de 7,34%.

Acidente com ônibus deixa pelo menos 37 mortos

Um acidente com um ônibus deixou ao menos 37 pessoas mortas na madrugada desta quarta-feira, em Arequipa, no Peru. O veículo saiu da pista após colidir com uma caminhonete na rodovia Panamericana Sul e cair em uma ribanceira. Outros 24 passageiros ficaram feridos, segundo as autoridades locais.

O gerente de saúde da região de Arequipa, Walther Oporto, disse à rádio local RPP que o

ônibus bateu na caminhonete e saiu da estrada em uma curva, caindo mais de 200 metros até as margens do rio Ocoña. Segundo Oporto, o número de mortos pode aumentar porque há feridos graves.

A caminhonete ficou na saída da curva com a cabine totalmente destruída. O Ministério Público de Arequipa informou em um comunicado que o motorista da picape sobreviveu e "está detido". As autoridades

não informaram se havia mais ocupantes na caminhonete.

O ônibus da empresa Llamosas, com 60 passageiros, havia partido da cidade de Chala, uma área mineradora também no sul do Peru, e seguia para a cidade de Arequipa.

Acidentes fatais com ônibus não são incomuns no Peru. A causa do acidente de quarta-feira não foi esclarecida, mas as autoridades afirmaram no passado que direção impru-

dente e velocidade excessiva estão por trás de muitos desses eventos.

Em agosto, um ônibus capotou em uma rodovia e 10 pessoas morreram. Em julho, outro ônibus que viajava de Lima para a região amazônica do Peru também capotou, deixando pelo menos 18 mortos e 48 feridos.

Em janeiro, pelo menos seis pessoas morreram e 32 ficaram feridas quando um ônibus caiu em um rio.